



OS DEMITIDOS E REINTEGRADOS DA RIOTRILHOS

Sugerimos aos empregados da Riotrilhos que foram demitidos ou reintegrados aos quadros da Cia. no período compreendido entre maio/98 e abril/2006, cujos cálculos não se encontrem nas planilhas dos cinco processos do "acordão" ou, ainda, aqueles que possam demonstrar que os cálculos não refletem to-

dos os valores a que tem direito, que apresentem ao sindicato suas reivindicações para que providenciemos, de uma só vez, todas as retificações que se façam necessárias. Naturalmente, nossa sugestão em nada prejudica que cada um busque seus próprios advogados e contadores para certificar-se quanto à correção

de seus cálculos individuais, mas apenas visa a concentrar os pedidos de retificação, com o objetivo de evitar que o curso do processo seja prejudicado pelo acúmulo de pedidos individuais, atrasando a homologação dos cálculos globais e, conseqüentemente, a execução do valor devido a todos os demais trabalhadores.

FGTS DOS ATIVOS DA RIOTRILHOS

Alguns empregados ativos da RIOTRILHOS procuraram o Sindicato para reclamar que, até a presente data, não receberam os valores referentes ao FGTS do Dissídio de 1999 - 3,88%. Lembramos que a Juíza do Processo determinou que este pagamento fosse efe-

tuado pela Caixa Econômica, tirando do Sindicato a respectiva responsabilidade; nem por isso deixamos de buscar esclarecimentos, através de contatos e reuniões, para dar rapidez aos pagamentos e acabar com o impasse em relação às informações necessárias para lançamento dos créditos.

Finalmente a Caixa concluiu os pagamentos e prestou contas ao juízo, entretanto, persistem as reclamações de alguns. Estamos peticionando judicialmente à Caixa no sentido de obter uma cópia informatizada da prestação de contas. Esperamos recebê-la brevemente para passar aos interessados.

Metroviária aposentada é homenageada na ALERJ

Em cerimônia realizada na Assembleia Legislativa - ALERJ, por ocasião do Dia Internacional das Mulheres, 08/03, por iniciativa da Deputada Estadual Rosângela Zeidan, do Partido dos Trabalhadores - PT, a metroviária aposentada, Regina Helena Famadas, Diretora da Associação dos Metroviários Aposentados - AMAP, e ex-diretora do Sindicato, uma das primeiras mulheres piloto de metrô no Brasil, foi homenageada, recebendo uma Comenda, em reconhecimento a sua história de luta, seu pioneirismo na afirmação e pelas garantias dos direitos das mulheres na sociedade. O Presidente do Sindicato e demais diretores, estiveram presente à solenidade representando a categoria metroviária.



LINHA DIRETA



Publicação Oficial do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Metroviários,
Veículos leves sobre trilhos e Monotrilhos do Rio de Janeiro - SIMERJ

Gestão 2015/2017 - Filiado à FENAMETRO

www.simerj.org.br - simerj@simerj.org.br - tel.: (21) 2532-0331 - 08/04/2015 Nº07

Rua Santa Amélia, 41 - Praça da Bandeira - CEP. 20260-030 - Rio de Janeiro

ASSEMBLEIA DE ABERTURA DA CAMPANHA SALARIAL 2015/2016

A direção do Simerj convoca a categoria para na próxima sexta-feira, dia 10 de abril, às 14h horas participem da assembleia de abertura da Campanha Salarial, referente ao biênio 2015/2016, onde apresentaremos e aprovaremos nossa pauta de reivindicação para posterior encaminhamento a empresa. Nunca é demais lembrar que esta é uma formalidade que devemos cumprir também para que se faça o pedido de ajuizamento do dissídio coletivo onde cobraremos mais uma vez da Cia. que cumpra o Decreto Estadual Nº 41.206/2008, que trata dos Acordos Coletivos das Empresas do Estado e do ajuizamento dos Dissídios Coletivos, quando

não há acordo entre as partes. No aspecto jurídico precisamos estar muito atentos, pois, são muitas as exigências feitas pela Justiça do Trabalho para que tenhamos a possibilidade de julgamento do dissídio, todavia, se a empresa não pedir o ajuizamento, como tem acontecido desde 2004 quando foi aprovada a Emenda Constitucional 45, que impede o julgamento se não houver pedido de ambas as partes. A direção do Simerj, na medida do possível, vai buscar fazer uma pauta enxuta com o objetivo de facilitar o andamento do processo de negociação. Tentando evitar as cláusulas que já são contempladas pela legislação vigente e/ou fazem parte do patrimônio jurídico incorporado ao

nosso contrato de trabalho. Temos feito a nossa parte e a empresa, de forma deliberada, não faz a sua e a Justiça do Trabalho vem corroborando com esse descaso para com os trabalhadores. Nunca é demais lembrar que, quando a empresa não negocia e nem permite que haja o julgamento, num primeiro momento eles vão ficando represados mas chega uma hora que o copo transborda e aí vem a choradeira do governo que não tem dinheiro para pagar o que nos deve. Estão paralisados no TST, os dissídios até 2004 num total de 11, aguardando o pedido de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 45 feito ao STF.

ASSEMBLÉIA DE ABERTURA

DA CAMPANHA SALARIAL 2015/2016

Convocamos a categoria para nossa assembleia de abertura
no dia 10/04/2015 às 14 horas na Sede da Riotrilhos
em Copacabana/ 4º andar.

COMPAREÇAM!



PL 4330

Regulamentação da Terceirização

A regulamentação da terceirização proposta pelo PL 4330 se sobrepõe aos limites colocados pela Súmula 331 do TST e permitiria que quaisquer atividades ou partes do processo de produção fossem terceirizadas, sob o frágil argumento da "especialização". Sua aprovação representaria um dos maiores retrocessos sociais já vividos no país, passando por cima dos debates públicos e dos argumentos colocados não apenas pelo movimento sindical, mas por entidades de diversas áreas em defesa dos direitos sociais. Aproveitando a complexidade e as dificuldades do momento político, setores empresariais pressionam o novo Congresso Nacional, recém empossado, pela aprovação rápida do PL 4330 em Plenário no dia 07 de abril, tendo como um dos principais aliados o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Os Parlamentares, mesmo diante de uma reprovção popular altíssima, ignoram a representação nacional de trabalhadores e, com a dedicada contribuição dos meios de comunicação, espalham argumentos falsos sobre os motivos que levam setores da sociedade a estarem contra esse projeto. Mas não é necessária uma análise muito profunda para se perceber a fragilidade dos argumentos em defesa desse projeto. Os famosos argumentos empresariais de que a terceirização é sinônimo de modernidade e permite foco nos objetivos finais do negócio são imediatamente desfeitos até mesmo por pesquisa divulgada pela CNI, que aponta que 91% das empresas terceirizam

parte de seus processos visando redução de custo. E, como na maioria das vezes acontece, as empresas reduzem custos através do rebaixamento do padrão de direitos trabalhistas. Os trabalhadores brasileiros conhecem bem os malefícios da terceirização, muitas vezes praticada de forma ilegal, e sentem seus reflexos no cotidiano. O Dossiê "Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha", lançado pela CUT em 3 de março, sistematiza informações que comprovam as desigualdades e os problemas que afetam os trabalhadores. Terceirizados tem remuneração aproximadamente 25% menor, trabalham mais horas (3 horas a mais por semana) e estão mais expostos a rotatividade. Além disso, terceirizados são comumente afetados pelos calotes ao final de contratos de prestação de serviços; estão mais expostos a acidentes e mortes no trabalho; aponta-se a relação entre terceirização e a identificação de trabalho análogo ao escravo; sofrem discriminação no ambiente de trabalho; e, tem a organização e a solidariedade entre os trabalhadores esfacelada. A CUT tem defendido a regulamentação da terceirização com garantias de igualdade de direitos e está permanentemente disposta a dialogar. Durante 4 meses em 2013, em um esforço concentrado com participação do governo, parlamentares

e empresários, debatemos as possibilidades de alteração e de construção de consenso em torno do PL 4330/04. Na ocasião, defendemos uma regulamentação que estabeleça limites ao processo de terceirização e impeça a subcontratação, que garanta isonomia de direitos para os trabalhadores terceirizados; que comprometa solidariamente os empresários com a garantia de remuneração, direitos e condições de trabalho dos terceirizados e que garanta a representação sindical pela categoria preponderante. Não houve acordo. Agora o projeto entra na pauta no Plenário da Câmara com o substitutivo do relator, deputado pelo Solidariedade, Arthur Maia. A um partido político que se intitula Solidariedade, cabe a pergunta: Solidário com quem, trabalhadores ou empresários? A regulamentação da terceirização, nas condições defendidas pelo empresariado brasileiro através do PL 4330, será uma tragédia para a classe trabalhadora. Sua aprovação representará o fim de qualquer possibilidade de construirmos um país desenvolvido, com valorização do trabalho, distribuição de renda e cidadania. Uma regulamentação da terceirização pela via da garantia de direitos significaria um salto fundamental para o Brasil.

JACY AFONSO
JORNAL DIGITAL BRASIL 247 - 7/4/15



ASSEMBLEIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS EXERCÍCIOS DE 2012 E 2013

Foi realizada no dia 26/03 a Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre as contas do Sindicato relativas aos anos de 2012 e 2013. Na ocasião foram feitos os questionamentos a respeito dos assuntos e dados os esclarecimentos necessários sobre as principais

movimentações feitas nesses anos, bem como sobre as vendas e a compra dos imóveis, e dos pagamentos das diversas dívidas que pesavam e comprometiam a gestão. O Parecer do Conselho Fiscal, presente à Assembleia em sua maioria, favorável à aprovação, com ressalvas

foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. A direção faz uma auto-crítica em relação a demora na apresentação dessas prestações e aproveita para assumir o compromisso de apresentar as Contas do Exercício de 2014 que estão sendo encerradas, ainda nesse semestre.

ACORDÃO

A Comissão eleita para tratar dos processos do acordo junto ao escritório Sergio Bermudes esteve reunida com o escritório na última sexta-feira dia 27/03. E, conforme foi aprovado em assembleia tratamos da renovação do respectivo contrato que se renovou por mais um ano a partir de 21 de março deste ano. Tratamos ainda da formulação do recurso que faremos contra a contestação dos cálculos apresentado pelo escritório que representa a Rioritilhos, recursos estes que

trazem as mesmas alegações feitas em outros processos ao longo de nossa história de embate com a Cia. Na verdade tratamos somente de um mas, a lógica diz que, eles usarão as mesmas alegações nos outros quatro restantes tendo em vista que a metodologia é a mesma nos demais. Esperamos que a justiça se faça e tenhamos êxito. Quantos as negociações políticas praticamente não tratamos nesta reunião e sabemos do quanto deve estar complicado sentar para conversar com o governo que

anda pra lá e pra cá de pires na mão porém, cabe ao escritório encontrar os caminhos e formulas de negociar com o governo, pra isso fizemos um contrato de êxito. A direção do Sindicato deverá em breve voltar a conversar com o Secretário Carlos Osório buscando o desdobramento da primeira reunião que fizemos para tratarmos do assunto acordo reunião esta que ficou prejudicada pelo atraso na agenda que fez com que fosse encerrada sem que pudessemos tratar de outros assuntos constantes da pauta.

Conselho dos Aposentados

Dia 13/05/2015, às 10 horas, reunião dos aposentados na sede do SIMERJ.